

# Congresso terá sessão extra

Edson Gês 07.11.91

Ao manifestar sua expectativa de que a pauta da Câmara já comece a ser votada a partir da terça-feira, com a sinalização de um entendimento entre governistas e oposicionistas sobre a questão salarial, o presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides (PMDB-CE), anunciou que vai convocar sessões extraordinárias para sábado e domingo próximos (29 e 30 de novembro). Dessa forma, pretende compensar o tempo perdido com a obstrução da pauta que perdura desde a última quarta-feira.

Já em contato com as lideranças partidárias e com o presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS), e ainda com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, dos quais obteve a sinalização para um desfecho favorável ao impasse que gerou a obstrução da pauta da Câmara e do Congresso, Benevides também confirmou para as 19h00 de terça-feira a sessão do Congresso, destinada a votar os vetos restantes da lei salarial (de um total de 11, restam sete para serem apreciados, pois quatro foram mantidos). Em seguida, o Congresso deverá votar mais de 20 pedidos de créditos suplementares e ainda, a lei orçamentária para 1992. Sem a aprovação desta última, o Legislativo está impedido constitucionalmente de entrar em recesso, que está previsto para começar a partir de 16 de dezembro.

No Senado, dentro do espírito do esforço concentrado, os parlamentares deverão votar, na próxima quarta-feira, o projeto de lei que amplia os incentivos à Zona



**Benevides convocará as sessões**

Franca de Manaus, depois que foi fechado acordo entre os empresários do Centro-Sul e Norte a respeito da questão, anteontem à noite. Previstos ainda para a semana que vem, temas importantes como o projeto de lei de imprensa e ainda a proposta do Governo sobre enriquecimento ilícito, que conta com substitutivo ainda mais rigoroso do senador Pedro Simon (PMDB-RS), já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça. Também há a lei orgânica do Tribunal de Contas da União.

Na Câmara, há ainda o projeto de reajuste dos servidores e a definição do percentual a ser concedido aos funcionários do Legislativo, além da lei de diretrizes e bases da educação, do projeto de lei de modernização dos portos e o ajuste fiscal, entre outros assuntos importantes, os quais deverão passar ainda pelo Senado.